



AGENDA LEGISLATIVA

1º A 4 DE AGOSTO DE 2023

CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira (2/8)

CMMPV 1172/2023 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1172, DE 2023 (*Reajuste do valor do salário mínimo*) Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 14h00

Audiência Pública – Finalidade: Debater a [MPV 1172/2023](#).

Convidados:

- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Ministério da Previdência Social - MPS;
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS;
- Ministério da Fazenda - MF;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (1º/8)

CEDIRDIG - COMISSÃO ESPECIAL SOBRE DIREITO DIGITAL / Anexo II, Plenário 10, 14h00

REQ 1/2023 - Requer que seja convidado o Dr. Ricardo Villas Bôas Cueva, Ministro do STJ, presidente da Comissão Temporária do Senado de Juristas que elaborou o anteprojeto de Inteligência Artificial, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 2/2023 - Requer que seja convidado o Dr. Matheus Puppe, na qualidade de especialista visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 3/2023 - Requer que seja convidado Representante da Comissão de Valores Mobiliários – CVM visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 4/2023 - Requer que seja convidado Representante do Banco Central do Brasil – Bacen visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 5/2023 - Requer que seja convidado Representante da Receita Federal visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 6/2023 - Requer que seja convidado o Dr. José Levi Amaral, Mestre e Doutor em Direito, Ex-Procurador Geral da Fazenda Nacional, Secretário-Geral da Presidência do TSE visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 7/2023 - Requer que seja convidado Representante da Agência Nacional de Proteção de Dados ANPD, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 8/2023 - Requer que seja convidado o Dr. Anderson Paiva, Juiz Auxiliar do STF, membro do Comitê de Integridade do Poder Judiciário - CINT, e da Câmara de Regulação do Regulador do Operador Nacional do Registro Imobiliário - ONR., visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 9/2023 - Requer que seja convidado Representante Nubank, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 10/2023 - Requer que seja convidado Representante do Comitê Gestor da internet no Brasil – CGI. Br visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 11/2023 - Requer que seja convidado o Dr. Valter Shuenquener, Juiz Federal, Doutor em Direito Público, Secretário de Relações Jurídicas na OEA, Ex- Secretário Geral do CNJ. visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 12/2023 - Requer que seja convidado Representante do INTER, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 13/2023 - Requer que seja convidado Representante do BTG Pactual, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 14/2023 - Requer que seja convidado Representante do PagBank, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 15/2023 - Requer que seja convidado Representante do Itaú, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 16/2023 - Requer que sejam convidados representantes das seguintes corretoras de Criptoativos: Binance, BitcoinTrade, Mercado Bitcoin, Foxbit, Brasil Bitcoin, CoinEx, Bitcambio, NoxBitcoin, Walltime, Bitso, Coinext, NovaDAX, ProBit, PrimeXBT visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 17/2023 - Requer que seja convidado Representante do Mercado Livre, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

REQ 18/2023 - Requer que seja convidado Representante do Santander, visando contribuir tecnicamente com os trabalhos dessa Comissão Especial sobre o Direito Digital

Autor: Lafayette de Andrada (REP/MG)

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 14h00

PL 4568/2021 - Institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab) e define seus objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio. Item nº 11

Explicação: são objetivos da Rede-Lab: desenvolver e aplicar métodos e técnicas destinados à produção de informações em grandes volumes de dados; elaborar e difundir estudos sobre melhores práticas em produção de informações, estabelecendo, inclusive, metodologias, tecnologias e perfis profissionais ideais; apoiar as medidas tecnológicas necessárias à análise de grandes volumes de dados junto aos órgãos federais e junto aos Estados e ao Distrito Federal; e, promover pesquisas e angariar tecnologias de ponta em análise de dados disponíveis no mercado ou desenvolvidas

por órgãos públicos, buscando a atualização e o aprimoramento constantes dos recursos tecnológicos utilizados pelas unidades da Rede-Lab.

Autor: Felipe Rigoni PSL/ES

Relator: Zucco - REP/RS

Parecer: pela aprovação, com emenda.

PL 3069/2022 - Dispõe sobre o uso de tecnologia de reconhecimento facial automatizado no âmbito das forças de segurança pública e dá outras providências. Item nº 16

Explicação: entre outros, permite que no âmbito da investigação criminal empregar-se-á o reconhecimento facial sempre que houver necessidade de se averiguar a identidade de autores, coautores, testemunhas e/ou vítimas relacionadas a algum fato criminoso.

Autor: Subtenente Gonzaga PSD/MG

Relator: Aluisio Mendes - REP/MA

Parecer: pela aprovação.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 4416/2021 - Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Item nº 63

Explicação: determina que a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2028 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam, terão direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

Autor: Júlio Cesar PSD/PI

Relator: Enfermeira Ana Paula - PDT/CE

PLP 102/2021 - Dispõe sobre a adoção pelo Poder Executivo Federal de procedimentos periódicos de guilhotina de, a fim de simplificar a legislação, eliminar ambiguidades das normas regulamentadoras, reduzir a judicialização e aperfeiçoar o ambiente de negócio. Item nº 104

Explicação: entre outros, são objetivos da guilhotina regulatória: revogar ou modernizar os normativos infralegais obsoletos, desnecessários ou ineficientes; consolidar os normativos com mesma temática em novos normativos e revogar expressamente aqueles que não estiverem mais em vigor; simplificar novos normativos e eliminar ambiguidades nas normas geradas; aperfeiçoar os mecanismos de governança referentes à aprovação de novas normas infralegais utilizando, sempre que possível os instrumentos da consulta pública e da análise do impacto regulatório; promover a segurança jurídica; e, elaborar e submeter ao Congresso Nacional propostas de criação, alteração e revogação de normas legais existentes para a promoção e simplificação da consolidação das normas.

Autor: Hugo Leal PSD/RJ

Relator: José Medeiros - PL/MT

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PEC 86/2015 - Acresce o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para incluir entre as garantias fundamentais do cidadão o acesso à internet e a inviolabilidade do sigilo das comunicações realizadas por meio digital. Item nº 107

Autor: Eduardo Bolsonaro PSC/SP

Relator: Capitão Alberto Neto - PL/AM

Parecer: pela admissibilidade.

PL 1906/2021 - Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para prever a doação dos aparelhos telefônicos apreendidos dentro dos estabelecimentos prisionais a alunos da rede pública de ensino. Item nº 151

Autor: Eduardo Bismarck PDT/CE

Relator: Bacelar - PV/BA

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 2.285/2021, 2.843/2021 e 3.522/2021, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação.

PL 2411/2022 - Altera o art. 835 da Lei nº. 13.105, 16 de março de 2015, para possibilitar a penhora de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico como o sítio ou domínio na rede mundial de computadores. Item nº 159

Explicação: visa explicitar a penhorabilidade de bens intangíveis como o domínio na Internet (website) e outros relacionados com o comércio eletrônico.

Autor: Rubens Pereira Júnior PT/MA

Relator: deputado Luiz Couto - PT/PB

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 15h00

REQ 22/2023 - Requer a realização de audiência pública visando debater a implementação de um Polo Tecnológico Binacional na fronteira Sant'Ana do Livramento/Brasil-Rivera/Uruguai, como uma estratégia de desenvolvimento e Neointustrialização da região. Item nº 2

Convidados:

- Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- Alexandre Xavier, Diretor da Unipampa, Universidade Federal do Pampa-Campus Santana do Livramento;
- Marne Osório Lima, Deputado da República do Uruguai; Representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs);
- Leonel Furtado, Coordenador do Tecnólogo Binacional- Área B- da Universidade Tecnológica do Uruguai (Utec);
- Walter Berry- Secretário do Ministério da Indústria, Energia e Mineração do Uruguai;
- Rafael Castro, vereador de Sant'ana do Livramento.

Autor: Heitor Schuch PSB/RS

REQ 23/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater a manutenção da taxa de juros e o impacto da inflação para as Micro e Pequenas Empresas. Item nº 3

Convidados:

- Isaac Sidney, Presidente da Febraban; Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central;
- José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Comicro);
- Ercílio Santinoni, Presidente da Confederação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (Conampe);
- Décio Lima, Presidente do Sebrae Nacional;
- Milton Coelho, Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo;
- Helio Dagnoni, Presidente da Fecomércio/SC.

Autor: Jorge Goetten PL/SC

PLP 102/2022 - Altera o artigo 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e altera os artigos 146 e 149 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal). Item nº 5

Explicação: Penaliza cláusulas "exacerbadas" impostas por investidores-anjo.

Autor: Euclides Pettersen PSC/MG

Relator: Fabio Schiochet - UNIÃO/SC

Parecer: pela rejeição.

PLP 20/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para estabelecer as fontes de recursos que especifica para o financiamento do micro e pequeno empreendedorismo nacional, e dá outras providências. Item nº 6

Autor: Mauricio Neves PP/SP

Relator: Fabio Schiochet - UNIÃO/SC

Parecer: pela rejeição.

VTS 1, Mauricio Neves - PP/SP

PLP 37/2023 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para facultar à microempresa ou à empresa de pequeno porte que se autorregularizar após o prazo legal a opção pelo Simples Nacional relativamente ao restante do ano-calendário. Item nº 7

Autor: José Medeiros PL/MT

Relator: deputado Jorge Goetten - PL/SC

Parecer: pela aprovação.

PL 1061/2022 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para aprimorar as normas relativas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Item nº 12

Explicação: entre outros, mantém a garantia para empréstimos do Pronampe, também revoga a limitação de 31 de dezembro de 2021 para a concessão de crédito garantida pelos recursos do FGO e impede que recursos não utilizados no FGO sejam destinados para pagamento da dívida pública pelo período de 4 anos.

Autor: Lucio Mosquini MDB/RO

Relator: Marangoni - UNIÃO/SP

Parecer: pela aprovação do PL nº 1061/2022, com substitutivo, e pela rejeição do PL 2026/2022, apensado.

PL 635/2023 - Institui o Programa Minha Primeira Empresa (PROMPE), para o incentivo ao empreendedorismo e o fomento para implantação de novos negócios no país. Item nº 13

Autor: Josenildo PDT/AP

Relator: deputado Jorge Goetten - PL/SC

Parecer: pela aprovação.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 15h00

PLP 79/2022 - Estabelece normas gerais de fiscalização financeira da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe sobre a simetria de que trata o art. 75 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Explicação: padroniza normas gerais sobre a fiscalização financeira da administração pública.

Autor: Fábio Trad PSD/MS

Relator: deputado Fernanda Melchionna - PSOL/RS

Parecer: pela aprovação deste, com substitutivo.

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO / Anexo II, Plenário 06, 16h30

REQ 100/2023 - Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, para comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos a respeito da criminalização do Game. Item nº 1

Autor: Helio Lopes PL/RJ

Quarta-feira (2/8)

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 11h00

REQ 17/2023 - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a manutenção da taxa Selic em níveis elevados pelo Banco Central do Brasil. Item nº 1

Convidados:

- Ministro da Fazenda Sr. Fernando Haddad;
- Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto;
- Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade;
- Presidente da Força Sindical, Miguel Torres;
- Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Rodrigues Martins;
- Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Pedro Lupion;
- Empresária do varejo, Sra. Luiza Trajano.

Autor: Félix Mendonça Júnior PDT/BA

REQ 18/2023 - Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, a fim de discutir a limitação na remuneração das plataformas digitais do serviço de transporte individual de passageiros, tratado no PL 58/2020. Item nº 2

Autor: Zé Neto PT/BA

PLP 164/2021 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Item nº 6

Explicação: autoriza as MPEs em débito com o INSS a aderirem ao Simples Nacional.

Autor: Carlos Bezerra MDB/MT

Relator: Rodrigo Valadares - UNIÃO/SE

Parecer: pela aprovação.

PL 1457/2020 - Disciplina as operações de crédito a serem celebradas com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como forma de mitigar os impactos da crise instaurada em razão do Covid-19 perante os grandes empregadores. Item nº 8

Autor: Fernando Coelho Filho DEM/PE

Relator: Antônia Lúcia - REP/AC

Parecer: pela rejeição.

Cliente: CBIC (Só Agenda)

PL 58/2020 - Altera as disposições da Lei 12.587 de 03 de janeiro de 2012, artigo 11-A, para inserir o limite de remuneração dos serviços de plataforma digital. Item nº 9

Explicação: estabelece que a remuneração pelos serviços dos aplicativos ou outras plataformas digitais de transporte não excederá 20% do valor cobrado pelo serviço prestado pelo motorista ao passageiro.

Autor: Alexandre Frota PSDB/SP

Relator: Jadyel Alencar - PV/PI

Parecer: pela rejeição.

PL 7875/2017 - Adiciona inciso ao art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada. Item nº 15

Autor: Mariana Carvalho PSDB/RO

Relator: Any Ortiz - CID/RS

Parecer: pela aprovação deste, do PL 3019/2019, e do PL 1791/2021, apensados, com substitutivo.

PL 2055/2019 - Altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para instituir o Programa de Estímulo à Nova Empresa - Penemp. Item nº 18

Explicação: entre outros, isenta as empresas recém constituídas, nos primeiros cinco anos de atividade, do pagamento do IRPJ.

Autor: Pinheirinho PP/MG

Relator: Florentino Neto - PT/PI

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, às 11h00

Audiência Pública – Tema: A Finep e o financiamento da Ciência e Inovação Brasileiras.

Convidado:

- Celso Pansera, diretor-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 11h00

PL 1428/2015 - Altera os arts.1º, 6º e 19, da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec; e dá outras providências Item nº 21

Explicação: entre outros, estabelece que os gastos com o Pronatec não podem sofrer contingenciamento, o investimento não pode ser inferior ao ano exercício anterior, não pode ser menos oferta, menos cursos e menos alternativas de formação profissional e tecnológica.

Autor: Carlos Sampaio PSDB/SP

Relator: Ricardo Ayres - REP/TO

Parecer: pela aprovação, com emenda.

PL 2782/2020 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre inclusão digital. Item nº 24

Explicação: inclui, entre os deveres do Estado com a educação escolar pública, a garantia de conectividade em banda larga, com velocidade adequada, nas escolas públicas, bem como o desenvolvimento de uma cultura digital, que inclui o ensino e o acesso a habilidades, ferramentas e plataformas.

Autor: Marreca Filho PATRI/MA

Relator: Rogéria Santos - REP/BA

Parecer: pela rejeição.

PL 942/2022 - Institui o Programa de Qualificação Acadêmica em Cirurgia Robótica e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para prever a implantação progressiva de técnicas de cirurgia robótica no Sistema Único de Saúde. Item nº 28

Explicação: o Programa tem como objetivo dotar as instituições federais de ensino superior de infraestrutura técnica e capital humano qualificado em cirurgia robótica, tanto para finalidade educacional quando para prestação de serviços à sociedade.

Autor: Carla Zambelli PL/SP

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj - PL/SP

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PL 1352/2022 - Institui a "Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet" nas escolas públicas. Item nº 29

Explicação: institui a Semana Nacional de Combate aos Crimes na Internet, a ser realizada, anualmente, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, durante a última semana do mês de agosto. Durante tal evento, serão realizadas atividades coordenadas em nível nacional, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de, entre outros: conscientizar e educar as crianças e adolescentes sobre o uso responsável da internet; apresentar os delitos informáticos e suas sanções; e, difundir noções sobre o cyberbullying, bem como as suas implicações na vida das vítimas.

Autor: Francisco Jr. PSD/GO

Relator: Lêda Borges - PSDB/GO

Parecer: pela rejeição, com envio de Indicação ao Poder Executivo.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 11h00

REQ 21/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Computação Quântica no Brasil, seus desafios e perspectivas. Item nº 1

Convidados:

- Fernando Brandão, Diretor de Aplicações Quânticas na Amazon Web Services (AWS) e Professor de Física (catedra Bren) no California Institute of Technology (Caltech);
- Belita Koiller, Professora Doutora do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- Samurai Brito, Chefe de Tecnologias Quânticas do Itaú Unibanco;
- Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Representante da IBM Research - Brazil;
- Senai Cimatec

Autor: Luisa Canziani PSD/PR

REQ 22/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater blockchain como meio de modernização da administração pública. Item nº 2

Convidados:

- Chicão Bulhões, secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio de Janeiro;
- Caio Sanas, Advogado Mestre Inovação Tecnológica;
- Mercado Bitcoin;
- Tribunal de Contas da União;
- Banco Central do Brasil; e
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Autor: Caio Vianna PSD/RJ

PLP 213/2021 - Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, para esclarecer sobre a sua não incidência nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação executadas mediante convênio com Instituições científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), bem como com instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público. Item nº 4

Autor: Capitão Alberto Neto REP/AM

Relator: Lucas Ramos - PSB/PE

Parecer: pela aprovação, com emenda.

PL 5827/2019 - Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica. Item nº 5

Explicação: autoriza IFES e ICTs a celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Autor: Sanderson PSL/RS

Relator: Fred Linhares - REP/DF

Parecer: pela aprovação.

PL 1006/2022 - Institui a Lei Geral das Atividades Espaciais e altera a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994. Item nº 7
Explicação: a Lei dispõe sobre as atividades especiais vinculadas à defesa e à segurança nacionais e o uso de bandas de frequência e posição orbitais geoestacionárias.

Autor: Pedro Lucas Fernandes UNIÃO/MA

Relator: Cleber Verde - MDB/MA

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PL 1458/2022 - Modifica a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), estabelecendo prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética. Item nº 8

Explicação: estabelece que as empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras de bens de informática e automação terão o prazo de um ano, contados da publicação desta lei, para adequar-se aos requisitos ambientais e de eficiência energética, estabelecidos pelo Poder Executivo em regulamento, mediante plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de logística reversa.

Autor: Márcio Macêdo PT/SE

Relator: deputado Nilto Tatto - PT/SP

Parecer: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com substitutivo.

CDHMIR - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL / Anexo II, Plenário 09, 14h00

REQ 55/2023 - Requer a realização Audiência Pública sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e as formas de investigação e responsabilização de infratores. O recente vazamento de imagens relacionadas à autópsia da cantora Marília Mendonça evidencia o quanto estamos ainda longe do respeito ao direito fundamental à privacidade, especialmente nos meios digitais, em nosso país. Item nº 29

Convidados:

- Polícia Civil de Minas Gerais;
- Instituto Médico Legal de Caratinga/MG;
- Ordem dos Advogados do Brasil;
- Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Ministério Público Federal;
- Polícia Federal;
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
- Ronaldo Lemos, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro e professor da cadeira de Direito da Internet da UERJ;
- Carmina Hissa Advogada sócia de Hissa & Galamba Advogados, Presidente da Comissão de Compliance e Vice-Presidente da Comissão de Crimes Cibernéticos da Academia Brasileira de Ciências Criminais.

Autor: Glaustin da Fokus PSC/GO

REQ 68/2023 - Requer a criação de Subcomissão Especial no âmbito desta Comissão sobre as violências contra as escolas do Brasil. Item nº 40

Autor: Erika Kokay PT/DF

REQ 87/2023 - Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Seminário para discutir a promoção e a proteção dos direitos digitais no Brasil. Item nº 55

Convidados:

- Nina da Hora, Pesquisadora na Área de Pensamento Computacional;
- Laura Schertel, Professora da UNB e Diretora do Centro de Direito, Internet e sociedade do IDP (Cedis/IDP);
- Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS-FGV);
- SaferNet;
- Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); e
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; e; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autor: Luizianne Lins PT/CE

REQ 109/2023 - Requeiro a retificação e o aditamento do Requerimento 87/2023, que trata da realização do Seminário sobre a promoção e a proteção dos direitos digitais no Brasil pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR). Item nº 70

Convidados:

- Telegram;
- Instagram;
- Twitter;
- Facebook;
- Google;
- Youtube;
- Whatsapp; e
- TikTok.

Autor: Luizianne Lins PT/CE

REQ 110/2023 - Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR), de Audiência Pública sobre a proteção dos direitos dos usuários de aplicativos de relacionamento. Item nº 71

Convidados:

- Tinder;
- Happn;
- Badoo;
- Grindr;
- OKCupid;
- Zoe;
- InnerCircle;
- Bumble;
- Vítimas de golpes de aplicativos ou seus representantes legais;
- Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS);
- SaferNet;
- Ministério da Justiça e da Segurança Pública;
- Ministério Público Federal;

Autor: Luizianne Lins PT/CE

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00**REQ 36/2023** - Requer a realização de evento interno para recepção de autoridades

Explicação: requer a realização de evento para recepção de deputados e autoridades convidadas, a fim de celebrar a criação e instalação da Comissão de Comunicação.

Autor: Amaro Neto REP/ES

REQ 40/2023 - Requer que seja realizada audiência pública na Subcomissão Especial da Comissão de Comunicação para debater a atualização das competências da agência nacional de telecomunicações (Anatel).

Convidados:

- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Polícia Federal;
- Divisão de Crimes Cibernéticos do Estado de São Paulo;
- Agência Nacional de Proteção de Dados; e
- Agência Nacional de Telecomunicações.

Autor: David Soares UNIÃO/SP

PL 2076/2022 - Institui o Dia Nacional da Proteção de Dados.

Explicação: fica instituído o "Dia Nacional da Proteção de Dados", a ser celebrado, anualmente, no dia 17 de agosto.

Autor: Senado Federal - Eduardo Gomes PL/TO

Relator: Fred Linhares - REP/DF

Parecer: pela aprovação.

PLP 218/2020 - Institui a Contribuição Social sobre Serviços Digitais incidente sobre a receita bruta de serviços digitais prestados pelas grandes empresas de tecnologia (CSSD), destinada ao financiamento de programas de renda básica.

Explicação: A CSSD corresponde à arrecadação de receita bruta decorrente da exibição de publicidade em plataforma digital; da disponibilização de uma plataforma digital que permite a interação entre usuários com o objetivo de venda de mercadorias ou de prestação de serviços diretamente entre esses usuários; bem como a transmissão de dados de usuários coletados durante o uso de uma plataforma digital ou gerados por esses usuários. Compreende-se que a contribuição tem caráter de incidência sobre conteúdo publicizado em território nacional.

Autor: Danilo Forte PSDB/CE

Relator: Mauricio Marcon - PODE/RS

Parecer: pela rejeição deste, e do PLP 241/2020, apensado.

PL 1349/2021 - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a utilização dos recursos do Fust – Fundo de Universalização das Telecomunicações – em ampliação de infraestrutura de telecomunicações 5G, e dá outras providências.

Autor: Otto Alencar Filho - PSD/BA

Relator: Deputado David Soares

Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00**PL 1746/2015** - Acrescenta o Capítulo IV-A ao Título II - Dos Direitos Fundamentais, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para garantir o direito de proteção dos dados de crianças e adolescentes na Internet. Item nº 4

Explicação: veda a coleta de informações pessoais de crianças e adolescentes com o propósito de suporte a qualquer atividade relacionada a marketing.

Autor: Giovani Cherini PDT/RS

Relator: Andreia Siqueira - MDB/PA

Parecer: pela aprovação do PL 1746/2015, da Emenda Adotada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.

GTALDIG – GRUPO DE TRABALHO SOBRE ALTERNATIVAS DIGITAIS DE TRIBUTAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO / A definir, às 15h**Audiência Pública – Tema:** Combate à pirataria e produtos ilícitos e a responsabilização de plataformas digitais.

Convidados:

- Luiz Claudio Garé, Consultor Jurídico do Grupo de Proteção à Marca/BPG (Brand Protection Group);

- François Martins, Diretor de Relações Governamentais do Mercado Livre;
- Andrey Lucas Macedo Corrêa, secretário-Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Shopee.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (1º/8)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 2495/2021 - Dispõe sobre a vedação de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos.

Explicação: Veda a cobrança de tarifas, no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos - Pix, de pessoas físicas e jurídicas, para envio e recebimento de recursos com a finalidade de doação às organizações da sociedade civil e aos institutos de pesquisa sem fins lucrativos. Item nº 4

Autor: Senadora Mara Gabrilli - PSDB/SP

Relatora: Senadora Damares Alves - REP/DF

Parecer: pela aprovação com uma emenda

Quarta-feira (2/8)

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00

Audiência Pública – Tema: Debater a Lei do Bem para aperfeiçoar a legislação vigente em favor de um ambiente mais favorável à PD&I em nosso país.

Convidados:

- Jose Afonso Cosmo Junior, Coordenador-Geral de Instrumentos de Apoio à Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (MCTI);
- Câmara dos Deputados;
- Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Antonio Carlos Teixeira Álvares, Diretor Titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp);
- Israel Guratti, Gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); e
- Hugo Giallanza, Presidente da Associação de Startups e Empreendedores Digitais (Asteps).

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h30

REQ 59/2023 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 32/2023 - CAS, para que sejam incluídos convidados na Audiência Pública com o objetivo de ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio.

Autor: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)